



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2524

PROCESSO
 Nº 194/2016
 (e.amb. 026346/2017-32)

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico nº 116/18/IE e na Licença Ambiental Prévia nº 2.581 de 02/10/2017 para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S/A - INTERVIAS
 CNPJ: 03.207.703/0001-83
 LOGRADOURO: RODOVIA ANHANGUERA – SP-330, KM 168, PISTA SUL
 BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL
 MUNICÍPIO: ARARAS CEP: 13.600-970

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA WILSON FINARDI ENTRE OS KM 49+700 E KM 74+720
 LOGRADOURO: RODOVIA WILSON FINARDI – SP-191 ENTRE OS KM 49+700 E KM 74+720
 MUNICÍPIOS: ARARAS E RIO CLARO

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O LOTE 1 DE OBRAS DA DUPLICAÇÃO DA RODOVIA WILSON FINARDI COMPREENDE:
 • TRECHO 1 – MUNICÍPIO DE ARARAS: DUPLICAÇÃO DO TRECHO ENTRE OS KM 49+700 E 52+100; IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO DE ENTRONCAMENTO ENTRE A SP-191 E A SP-330, NO KM 49+700; E IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO DE ACESSO E RETORNO NO KM 52+100.
 • TRECHO 2 – MUNICÍPIO DE RIO CLARO: DUPLICAÇÃO DO TRECHO ENTRE OS KM 70+200 E 74+720; IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO DE ACESSO E RETORNO NO KM 71+150; DUPLICAÇÃO DA OBRA DE ARTE ESPECIAL SOBRE O RIO CORUMBATAÍ NO KM 71+800; E IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO DE ENTRONCAMENTO ENTRE A SP-191 E A SP-310, NO KM 74+720.

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 (seis) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 26 / 03 / 2018

Ana Cristina Pasini da Costa
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Folha 01/04

ANEXO

Processo
 Nº 194/2016
 (e.amb. 026346/2017-32)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N° 2524

O empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

Antes do início das obras

1. Apresentar Plano de Ataque das Obras, compatibilizando o cronograma de implantação da barreira new jersey após a implantação das passagens de fauna e das cercas de direcionamento. Informar as etapas construtivas das passagens de fauna e das cercas de direcionamento.
2. Apresentar o detalhamento do plano de tráfego, contemplando os trajetos utilizados para transporte de materiais, horário e restrições de circulação, sinalização e previsão de revisão dos veículos; desvios provisórios e/ou estreitamento de pistas e sua respectiva sinalização; previsão de manutenção e recuperação do sistema viário do entorno; e desvios dos caminhos de pedestres em condições adequadas de conforto e segurança.
3. Apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Plano de Ação de Emergências (PAE) para a fase de obras, readequados conforme diretrizes do item 3.29 do Parecer Técnico nº 116/18/IE.

Durante a implantação do empreendimento

4. Implementar os Programas Ambientais propostos durante o processo de Licenciamento Ambiental, contemplando as diretrizes do item 3.3 do Parecer Técnico nº 116/18/IE e apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento destes Programas, comprovando por meio de registros fotográficos datados a implementação das medidas previstas, os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo e as respectivas ações corretivas adotadas, a equipe técnica responsável, e avaliação da efetividade dos Programas.
5. Comprovar, no prazo máximo de 2 (dois) meses da emissão da LI, por meio de relatório fotográfico datado, a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras conforme proposto e atendendo as diretrizes dispostas nos itens 3.4 e 3.5 do Parecer Técnico 116/18/IE. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, e registros fotográficos dos corpos d'água do entorno antes do início das obras e durante as intervenções previstas (a montante e jusante do empreendimento).
6. Apresentar, antes de interferir na área do Afluente do Córrego do Facão na altura do km 166+100 da SP330, projeto com dispositivo de travessia do corpo d'água.
7. Apresentar, para análise e aprovação prévia à instalação, em foto aérea ou imagem de satélite (escala 1:10.000 ou maior), a localização das áreas de apoio (canteiro de obras, áreas de empréstimo, depósitos de material excedente, etc) previstas para as obras, incluindo o "layout" do canteiro com indicação das instalações previstas. Informar sobre as usinas contratadas para a execução dos serviços, as quais deverão estar devidamente licenciadas. Informar sobre o balanço de massa atualizado para terraplenagem e sobre a produção de insumos industriais. Para as áreas de apoio situadas fora de faixa de domínio, priorizar as que se enquadrem na Resolução SMA nº 30/00, efetuando o cadastramento previamente à sua utilização junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE.
8. Comprovar, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras, o atendimento às diretrizes dispostas no item 3.11 do Parecer Técnico 116/18/IE, relacionadas ao monitoramento dos pontos de captação de água subterrânea na área de interferência do empreendimento.
9. Apresentar, antes de intervir no Afluente do Ribeirão Fumas na altura do km 52+600/estaca 2633, manifestação do Departamento de Águas e Energia Elétrica -- DAEE, em atendimento à Portaria DAEE nº 1630, de 30/05/17 e reti-ratificada em 06/02/18, e à Instrução Técnica DPO nº 09 de 30/05/2017, atualizada em 25/07/2017.
10. Informar, com antecedência mínima de 15 dias, o Departamento de Avaliação Ambiental de

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Folha 02/04

ANEXO

Processo
 Nº 194/2016
 (e.amb. 026346/2017-32)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 2524

Empreendimentos e o Centro de Manejo de Fauna Silvestre - SMA/CBRN/DeFau sobre o início das atividades de supressão de vegetação.

11. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Conservação da Fauna e da Flora e de seus respectivos Subprogramas, contemplando a descrição das atividades e medidas mitigadoras relativas à supressão de vegetação, realizadas no período; registros fotográficos datados; mapeamento e georreferenciamento das áreas de intervenção; eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas; análise crítica dos resultados e; equipe técnica responsável.*

12. *Apresentar, antes do início da supressão de vegetação, as autorizações para manejo, translocação, captura e transporte da fauna, emitidas pelo Centro de Manejo de Fauna Silvestre - SMA/CBRN/DeFau conforme disposto na Resolução SMA 92/2014;*

13. *Comprovar, antes do início da supressão de vegetação, a implantação da base de apoio para manejo dos animais silvestres resgatados durante a obra e as parcerias firmadas para recebimento dos animais silvestres e exóticos feridos e mortos e para destinação das abelhas nativas e exóticas.*

14. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Conservação da Fauna e da Flora e de seus respectivos Subprogramas, contemplando: ações de afugentamento e relocação desenvolvidas contendo coordenadas geográficas, registros fotográficos e mapeamento das ocorrências, identificação dos animais resgatados e sua condição de saúde, tempo de permanência com os especialistas, destino proposto ou já realizado, áreas identificadas e georreferenciadas para soltura e as respectivas medidas corretivas adotadas, etc; resultados do monitoramento do atropelamento de fauna, com indicação de espécies, mapeamento das ocorrências e coleta e destinação adequada dos animais encontrados; registros fotográficos das ações realizadas; análise crítica dos resultados e da efetividade das medidas mitigadoras implementadas incluindo a análise das passagens de fauna e cercamento implantadas; identificação de não conformidades e respectivas ações corretivas adotadas, etc.*

15. *Apresentar, no primeiro relatório quadrimestral de acompanhamento do Subprograma de Monitoramento da Fauna Doméstica e Sinantrópica na Construção, os resultados das vistorias investigativas realizadas pelo empreendedor e comprovar as parcerias com as instituições que receberão os animais domésticos resgatados durante as obras.*

16. *Comprovar, antes do início das intervenções das obras nos cursos d'água, a realização da primeira campanha de amostragem do Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna.*

17. *Demonstrar no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do PCAO, a implantação das passagens de fauna nos km 52+600, 71+800 e 73+700, juntamente com as cercas de direcionamento de fauna, antes da implantação das barreiras new Jersey.*

18. *Comprovar, nos relatórios quadrimestrais do Programa de Desapropriação e Reassentamento, no mínimo: comprovação de aquisição das áreas desapropriadas antes de intervir nestas, as atividades desenvolvidas no período, a planta retrográfica atualizada, as eventuais reclamações, sugestões e solicitações registradas, as respectivas medidas adotadas, a avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período e os registros fotográficos.*

19. *Comprovar, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras, o atendimento às diretrizes dispostas no item 3.25 do Parecer Técnico 116/18/IE, relacionadas ao acompanhamento dos imóveis cadastrados na área de influência do Lote 1 de obras.*

20. *Obter, antes das interrupções e desvios de tráfego temporários, as anuências dos órgãos municipais e das empresas responsáveis quanto aos desvios e interrupções necessários para as obras.*

21. *Informar, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, o andamento das relocações das infraestruturas a serem afetadas e as tratativas realizadas junto às*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 03/04

Processo
 Nº 194/2016
 (e.amb. 026346/2017-32)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 2524

concessionárias, compatibilizado com o cronograma de execução das obras e medidas de divulgação para a população sobre essas ocorrências.

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

22. Apresentar relatório conclusivo do Programa de Controle Ambiental de Obras - PCAO, respectivos Subprogramas e dos demais Programas Ambientais propostos, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a análise da efetividade das medidas adotadas. Comprovar a recuperação de todas as áreas afetadas pelas obras, incluindo áreas dos canteiros de obras, áreas de empréstimo, acessos, etc., bem como a destinação adequada dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.

23. Apresentar um Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento, contemplando: as ações relativas ao gerenciamento de resíduos, controle de ruído, comunicação social, manutenção e adequação das estruturas de drenagem, manutenção do projeto paisagístico e plantio compensatório, etc. Contemplar, no mínimo, a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, os mecanismos de gestão, as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não conformidades, procedimentos de trabalho, e o cronograma de atividades.

24. Comprovar no âmbito do relatório conclusivo do Programa de Controle Ambiental das Obras - PCAO a implantação de dispositivos permanentes de disciplinamento, redução de velocidade e contenção de água pluvial da rodovia com destino às propriedades lindeiras e cursos d'água natural.

25. Apresentar situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA firmado junto à CETESB, informando em relatório a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georreferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e sua avaliação; e o cronograma de atividades. Incluir o georreferenciamento dos plantios em fotos aéreas ou imagens de satélite e enviar os arquivos (extensão Geotiff ou compatível) e vetorial (extensão shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.

26. Apresentar a comprovação de parceria com instituições que receberão os animais vivos vítimas de ocorrências na rodovia em operação, incluindo sua capacidade e grupos faunísticos a serem atendidos.

27. Apresentar o detalhamento do Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna, contemplando: programas educativos da população, incluindo combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras e medidas para o controle de fauna doméstica; ações de treinamento da equipe de fiscalização das ocorrências; fichas das ocorrências na rodovia com a padronização e detalhamento dos dados; sinalização e redutores de velocidade; períodos e periodicidade dos levantamentos a serem realizados; listagem de ocorrências com identificação das espécies, coordenadas geográficas, registros fotográficos e mapeamento das ocorrências; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica; indicação dos pontos críticos e propostas de dispositivos para redução dos atropelamentos; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados, monitoramento das passagens de fauna implantadas com câmeras trap, etc.

28. Comprovar a implantação das passagens de fauna nos km 52+600, 71+800 e 73+700, juntamente com as cercas de direcionamento de fauna, conforme projetos apresentados.

29. Apresentar relatório conclusivo referente ao acompanhamento dos imóveis cadastrados lindeiros às obras, conforme diretrizes do item 3.25 do Parecer Técnico nº 116/18/IE.

30. Incluir no Plano de Ação Emergencial e Programa de Gerenciamento de Risco da malha rodoviária da Concessionária Intervias o trecho da Duplicação entre o km 49+700 e o km 74+720 da Rodovia SP-191, de acordo com o termo de referência constante na Decisão de Diretoria - DD nº 070 da CETESB de 12/04/16.

31. Comprovar a implantação das caixas de contenção de produtos perigoso conforme diretrizes dispostas no item 3.31 do Parecer Técnico 116/18/IE.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 04/04

Processo
Nº 194/2016
(e.amb. 026346/2017-32)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N.º 2524

Durante a operação do empreendimento

32. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contemplando a implementação das ações propostas, adequações necessárias, resultados obtidos, demais atividades realizadas no período para melhoria ambiental, bem como propostas para o próximo período.

33. Incluir no âmbito dos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, informações sobre eventuais não conformidades em propriedades lindeiras e a corpos d'água causados pela drenagem pluvial da Rodovia e propor respectivas medidas de recuperação.

34. Apresentar relatórios anuais com os resultados e o andamento do Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna, informando sobre atividades desenvolvidas, resultados obtidos e avaliação da efetividade do programa, incluindo a proposta de adoção de novas medidas mitigadoras, caso se façam necessárias.

35. Apresentar, no âmbito do primeiro relatório de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2.ª campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o "Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 100/2009/P de 19/05/09) e com a "Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes localizados no Estado de São Paulo" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 389/2010/P de 24/12/10). Caso sejam verificados níveis acima do padrão preconizado, devem ser propostas e implantadas medidas mitigadoras de ruído.

XX
XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem